



Perfil Socioeconômico do Município de Cerro Grande/RS

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local

Rodeio Bonito/RS

Dezembro de 2019

C182 Camfield, Claudio Eduardo Ramos et al.
Perfil Socioeconômico do Município de Cerro Grande/RS: uma contribuição
para o Planejamento do Desenvolvimento Local / Claudio Eduardo Ramos
Camfield, Nilson Luiz Costa, Enio Giotto, Gabriel Nunes de Oliveira, Júlia Laize
Bandeira Calgaro, Saionara da Silva. - Palmeira das Missões/RS, 2019.
37 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio
NPEA) - - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões,
2019.

1. Aceleração Regional. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4.
Inovação. 5. Cooperação. I.Camfield, Claudio Eduardo Ramos. II.Costa, Nilson Luiz.
III.Giotto,Enio. IV.Oliveira, Gabriel Nunes de. V.Calgaro,Júlia Laize Bandeira.
VI.Silva,Saionara da.

CDU 338.1

Todos os direitos reservados por Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG.
Av. do Comércio, n.618 – 2º andar – Centro
CEP.: 98360-000 / Rodeio Bonito - RS



Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eugenio Poltronieri (Presidente)
Angelita Marisa Cadoná (Vice-Presidente)
Giovana Giacomolli
Sérgio Luiz Triches
Gustavo Pereira Fortes
Valéria Maria Zanatta Senger
Jocler Moresco
Walmor Liberalesso
Leocácio Gallo Paloschi
Willian Jeferson Bez

CONSELHO FISCAL

Carlos Alberto Pinheiro
Ernilo Arteli Grellmann
Sergio Roberto Basso
Ronaldo Lima dos Santos
Tiago Gadonski
Valdomiro Tomazoni

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Girardi (Diretor Executivo)
Jaques Samuel dos Santos (Diretor de Operações)
Andre Zanon (Diretor de Negócios)

GERÊNCIAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

Irajá Turchetto (Gerente Regional de Desenvolvimento)
Fernando Buriol (Gerente de Relacionamento)
Ronaldo Fagundes (Gerente de Ciclo de Crédito)



Universidade Federal de Santa Maria

REITORIA

Paulo Afonso Burmann (Reitor)
Luciano Schuch (Vice-Reitor)

Campus de Palmeira das Missões

Rafael Lazzari (Diretor)
Adriano Lago (Vice-Diretor)

Campus de Frederico Westphalen

Arci Dirceu Wastowski (Diretor)
Igor Senger (Vice-Diretor)

Centro de Ciências Rurais (CCR)

Sandro Luis Petter Medeiros (Diretor)
Toshio Nishijima (Vice-Diretor)

**Programa de Pós-Graduação em
Agronegócios (PPGAGR)**

Nilson Luiz Costa (Coordenador)
João Pedro Velho (Coordenador Substituto)

**FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA
E CIÊNCIA - FATEC**

Thomé Lovato (Presidente)
Manoel Renato Teles Badke (Diretor
Financeiro)
Jeferson de Souza Flores (Diretor
Administrativo)

EXECUÇÃO DA PESQUISA

**Núcleo de Pesquisas em Economia do
Agronegócio (NPEA-UFSM)**

Nilson Luiz Costa (Pesquisador)
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)
Enio Giotto (Pesquisador)
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)
Júlia Laize B. Calgaro (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.03.0068
Convênio UFSM/FATEC

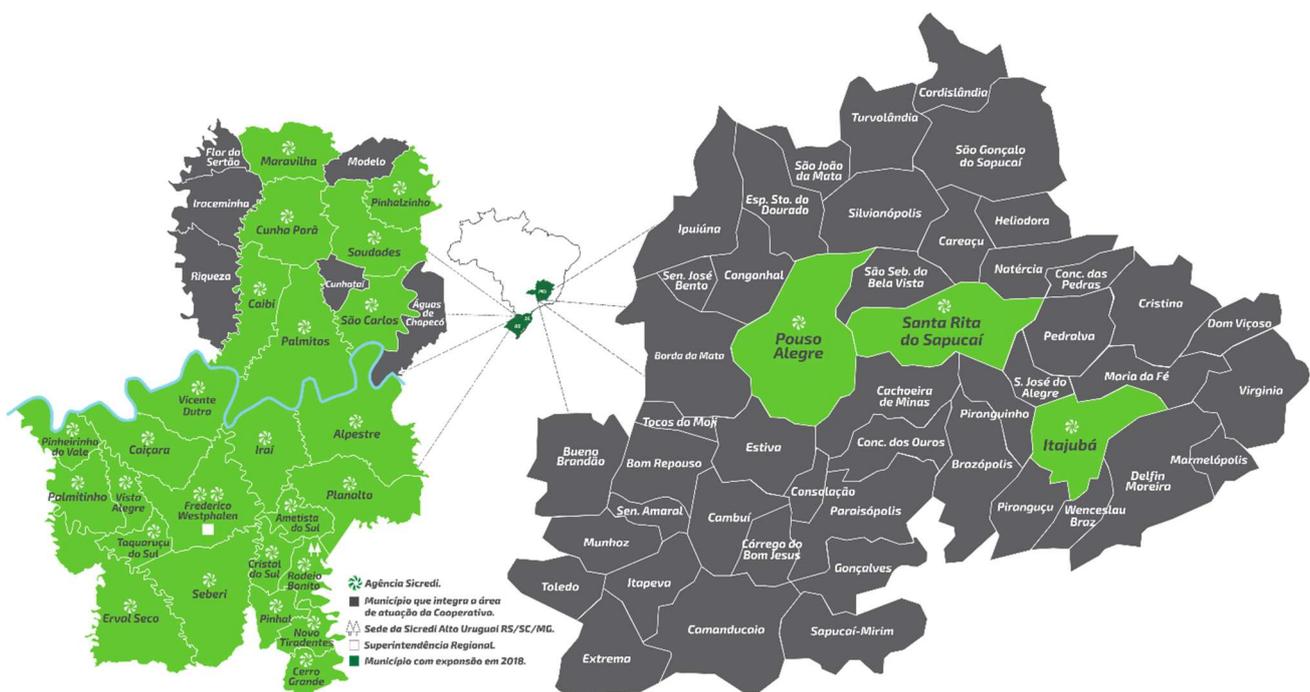
SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 5 |
| 2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CERRO GRANDE | 7 |
| 2.1. Caracterização demográfica | 7 |
| 2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Cerro Grande..... | 8 |
| 2.2.1. Análise da Evolução do Produto Interno Bruto e da Estrutura Empresarial | 9 |
| 2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho | 12 |
| 2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária | 15 |
| 2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento | 24 |
| 2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação..... | 24 |
| 2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil | 25 |
| 2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas..... | 26 |
| 2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal | 27 |
| 2.4. Meio ambiente e desenvolvimento..... | 29 |
| 3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL | 32 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 34 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 37 |

1. INTRODUÇÃO

Buscando contribuir com o desenvolvimento coletivo local e regional, a Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG em parceria com Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas aos desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada Município da área de atuação da Cooperativa no norte do Rio Grande do Sul e extremo oeste de Santa Catarina.

Figura 1. Área de abrangência da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG



Fonte: Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG.

Esta iniciativa foi construída em cooperação entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e os atores locais e representantes das entidades públicas e privadas, ligadas aos diferentes setores da economia e sociedade e não representa posições próprias das instituições envolvidas e nem políticos partidários. Destaca-se, nesta iniciativa, os conhecimentos compartilhados, a visão de futuro e o espírito gestor e empreendedor de todos os envolvidos.

Para conhecer a realidade e os níveis de desenvolvimento dos diversos municípios, foram utilizados dados primários e secundários. O levantamento de informações primárias foi

realizado através de entrevistas e reuniões com as pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios.

As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

As variáveis quantitativas foram analisadas a partir de técnicas de estatística descritiva e as variáveis qualitativas a partir da técnica qualitativa de análise de conteúdo.

Este capítulo, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Cerro Grande/RS** e está dividido em quatro seções. A primeira se constitui desta introdução. Na segunda apresenta-se a análise do perfil socioeconômico do município em questão. Na terceira seção, estão as principais contribuições das pessoas e entidades desta pesquisa. Na quarta seção são apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla um detalhamento das informações municipais analisadas no relatório "Empreender, Inovar e Transformar: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Regional", no qual é apresentada uma reflexão sobre os níveis de desenvolvimento regional na área de atuação da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e está disponível no site desta organização (<http://www.sicredialtouruguai.coop.br/site/acceleracao-regional.html>).

2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CERRO GRANDE

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Cerro Grande/RS (2019), o município está situado na mesorregião Noroeste Rio-grandense, distante 390 Km da capital do Estado, Porto Alegre. Possui limites com os seguintes municípios gaúchos: Novo Tiradentes, Liberato Salzano, Sagrada Família e Lajeado do Bugre, e Jaboticaba, ao Norte, Leste, Sul e Oeste, respectivamente.

Segundo a Lei nº 8.564 de 13 de abril de 1988, alterada pela Lei nº 9.008 de 11 de janeiro de 1990, o município de Cerro Grande foi emancipado, desmembrando-se de Palmeira das Missões, e conta com 73,438 Km quadrados de extensão. Seu nome foi originado por um grupo de caçadores os quais se depararam com um cerro muito grande, e resolveram denominar o município como Cerro Grande.

O município possui clima subtropical e está a uma altitude média de 400 metros acima do nível do mar. Está localizado geograficamente a latitude de 27°36'22" ao Sul do Trópico de Capricórnio, e longitude de 53°10'00" ao Oeste do Meridiano de Greenwich.

2.1. Caracterização demográfica

A colonização se deu com a chegada de famílias de colonos Poloneses e Italianos no município de Palmeira das Missões –RS, onde fundaram o povoado de Cerro Grande (Prefeitura Municipal de Cerro Grande/RS, 2019).

Neste ano de 2019, o IBGE (2019) estima que a população seja de 2.311 habitantes, mas a população verificada no Censo Demográfico de 2010 foi de 2.417 habitantes.

Tabela 1. População residente, por sexo e local de residência: 2010.

| | Masculino | | Feminino | | Total | |
|--------------|--------------|------------|--------------|------------|--------------|-------------|
| Urbano | 397 | 15% | 433 | 17% | 830 | 34% |
| Rural | 812 | 31% | 775 | 31% | 1.587 | 66% |
| Total | 1.209 | 47% | 1.208 | 49% | 2.417 | 100% |

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme é possível observar, cerca de 66% da população de Cerro Grande vive na zona rural, fato que reforça os traços agrícolas do município.

Do contingente populacional total (rural e urbano), 22% tem até 14 anos, 21% de 15 a 29 anos, 40% de 30 a 59 anos e 17% com 60 anos ou mais, conforme é possível observar na Tabela 2.

Tabela 2. População residente, por faixa etária: 2010.

| Faixa etária | Masculina | | Feminina | | Total | |
|---------------|--------------|------------|--------------|------------|--------------|------------|
| | Pessoas | %T | Pessoas | %T | Pessoas | %T |
| 1-14 anos | 270 | 22,33 | 252 | 20,86 | 522 | 22 |
| 15-29 anos | 244 | 20,18 | 266 | 22,02 | 510 | 21 |
| 30-59 anos | 500 | 41,36 | 476 | 39,40 | 976 | 40 |
| 60 ou mais | 195 | 16,13 | 214 | 17,72 | 409 | 17 |
| Totais | 1.209 | 100 | 1.208 | 100 | 2.417 | 100 |

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme a Tabela 2, observa-se que mais de 60% da população, tanto feminina como masculina, enquadram-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho.

2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Cerro Grande

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real¹), o Valor Agregado Bruto dos diferentes setores da economia², o PIB real *per capita*³, a demografia das empresas e organizações do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

¹ De acordo com PESSOA (2017), "O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia".

² De acordo com PESSOA (2017), o ou Valor Agregado Bruto ou "Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região".

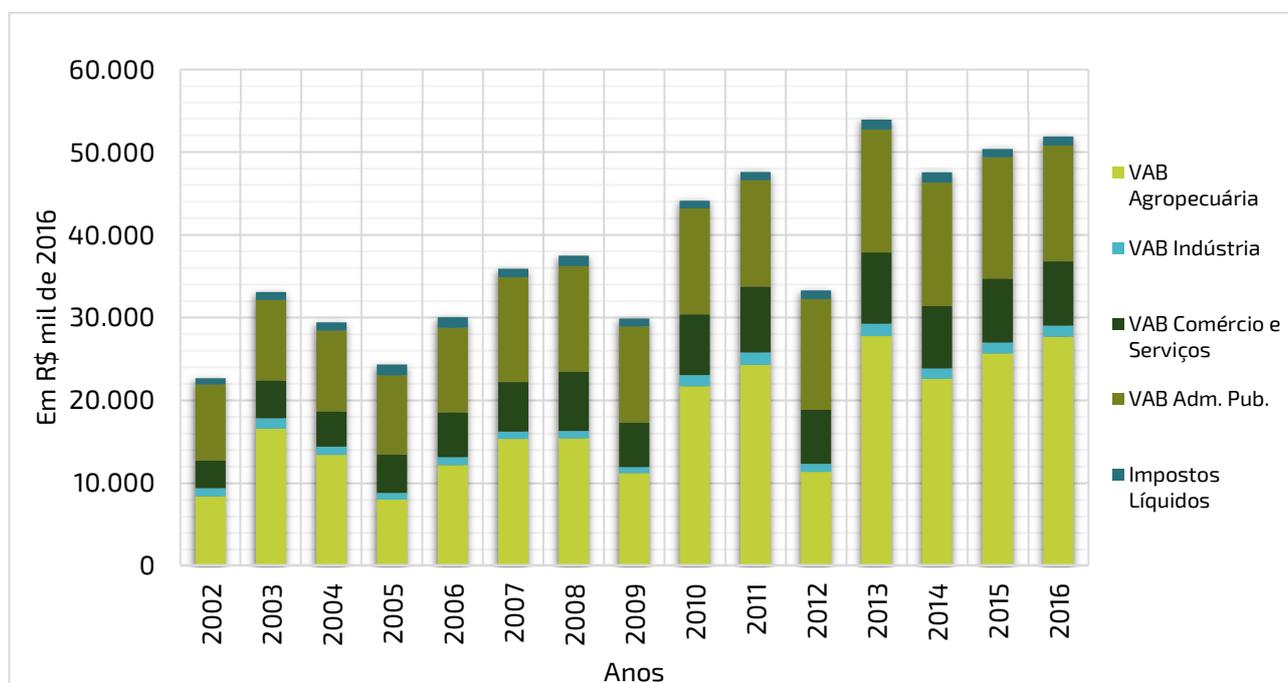
³ Segundo Mankiw (2015), "o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média".

2.2.1. Análise da Evolução do Produto Interno Bruto e da Estrutura Empresarial

O PIB municipal apresenta uma clara tendência de aumento. Entre 2002 e 2013 evoluiu de R\$ 22,6 milhões para R\$ 53,9 milhões (Figura 2).

Entre os principais setores de atividade econômica, no ano de 2016, destacaram-se a: agropecuária (VAB equivalente a R\$ 27,6 milhões), administração pública (VAB equivalente a R\$ 14 milhões), comércio e serviços (VAB equivalente a R\$ 7,74 milhões) e, em menor proporção, a indústria (VAB equivalente a R\$ 1,32 milhões).

Figura 2. Evolução do Valor Agregado Bruto Real (em R\$ Mil 2016) no município: 2002 a 2016



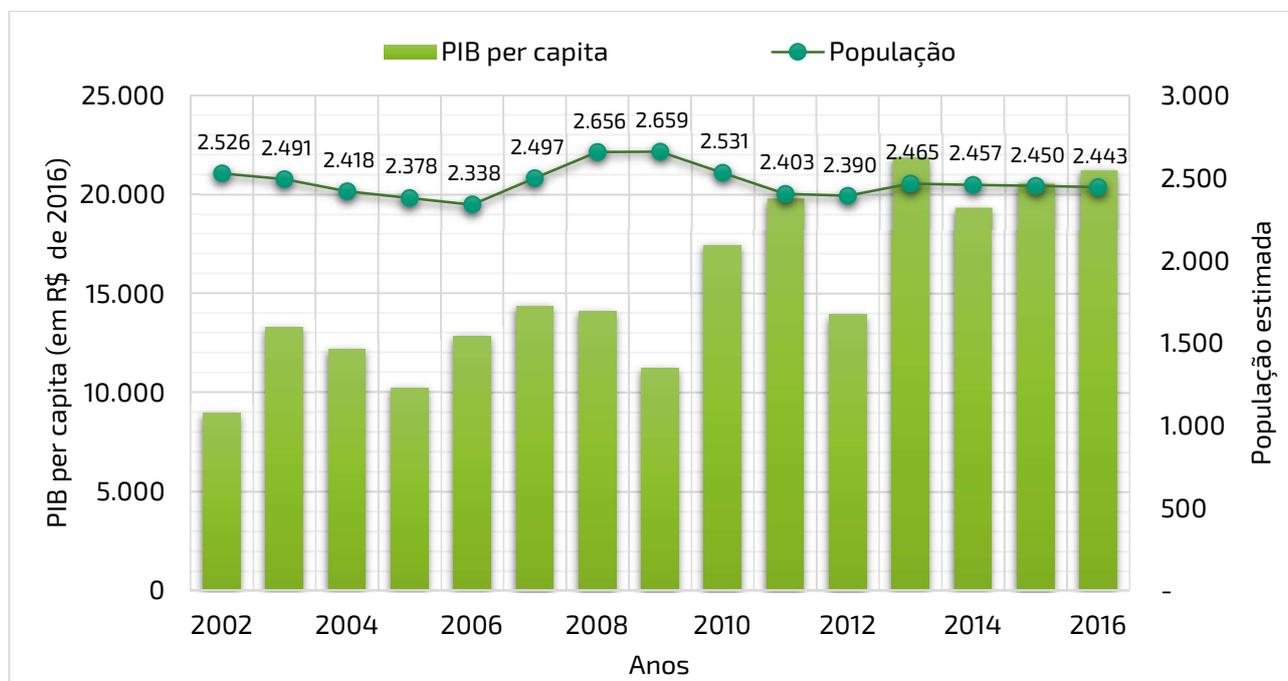
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

No período analisado, a agropecuária se constituiu como o setor com maior capacidade de geração de riquezas. Neste contexto, observar-se que nos anos de 2005, 2009 e 2012, períodos de estresses hídricos, a redução no VAB da agropecuária impactou fortemente a produção econômica municipal.

Em 2018, os principais Valores Agregados Brutos foram do segmento agropecuário (R\$ 27,6 milhões), da Administração Pública (R\$ 14,03 milhões), comércio e serviços (R\$ 7,74 milhões) e indústria (R\$ 1,38 milhões).

Observou-se entre 2002 e 2016 um decréscimo populacional, de 2.526 habitantes para 2.443 habitantes (-0,03%). Neste contexto, o aumento do PIB *per capita* do município se deve em parte pelo aumento do PIB, mas também pela redução da população.

Figura 3. Produto Interno Bruto per capita (em R\$ de 2016) e população estimada do município: 2002 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Do início do período analisado (2002 até 2011), o PIB Real *per capita* evoluiu de R\$ 8.958,70 para R\$ 21.229,64, conforme é possível observar na Figura 3. Apesar dessa evolução, ainda situa-se abaixo da média da região e do estado do Rio Grande do Sul.

Em termos gerais, a atividade empresarial no município é composta principalmente por empresas e organizações que empregam de 0 a 4 empregados, que juntas representam 90% das empresas e organizações do município. Em 2017, 7 empresas e organizações empregavam mais de quatro funcionários, entre as quais, 4 situaram-se na faixa de 5 a 9 empregados, conforme é possível observar na Figura 4.

O segmento de comércio e oficinas mecânicas agrega o maior número de empresas e organizações (34, equivalente a 49% do total em 2017). Por outro lado, observou-se crescimento no número de empresas e organizações no segmento de transporte e

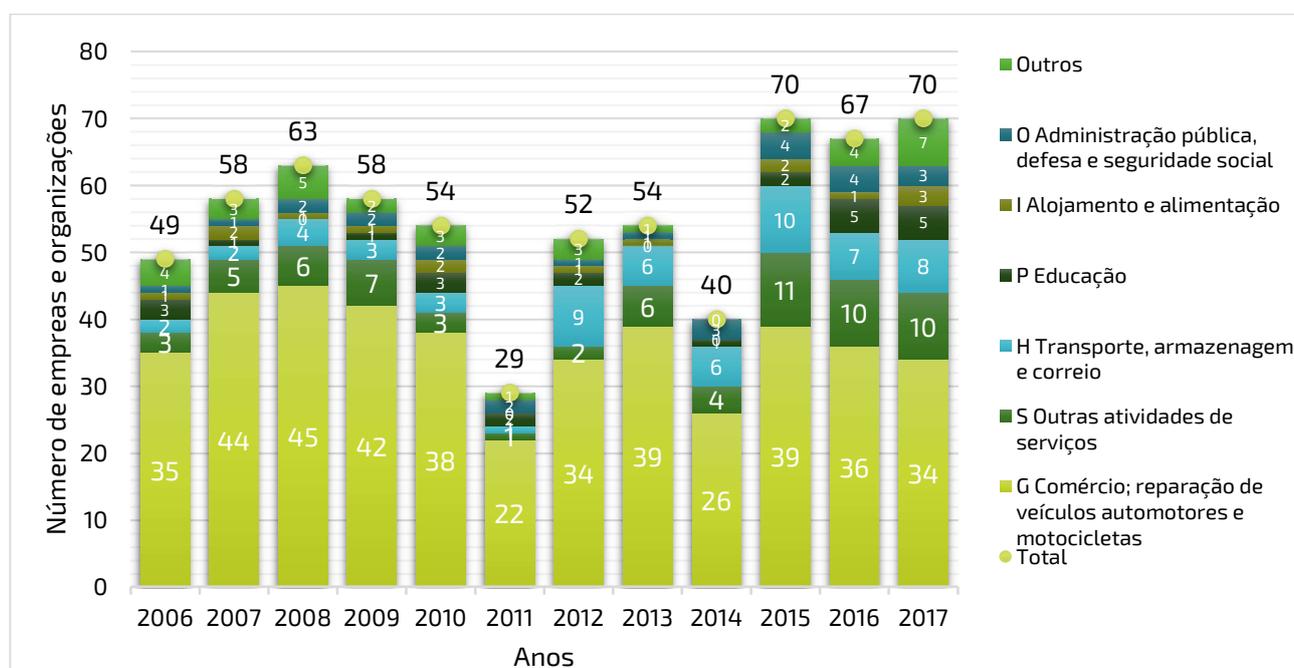
armazenagem (8, equivalente a 14% do total em 2017), assim como de Educação (representando 7% em 2017).

Figura 4. Composição das empresas e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Figura 5. Composição das empresas e organizações, por setor de atividade econômica: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Na Figura 5 apresenta-se a evolução no número de empresas e organizações de todos os segmentos da economia municipal.

O grupo "0", que representa Administração pública, defesa e seguridade social, vem experimentando um incremento até 2011, com leve queda em 2012, representando 4% do total de empresas e organizações em 2017. Destaca-se, também, alojamento e alimentação que, em 2017, foi responsável por 4% do total de empresas e organizações no município.

Portanto, observa-se que transportes e comércio, foram os principais responsáveis pelo segmento empresarial do município em 2017, representando 60% do total de empresas.

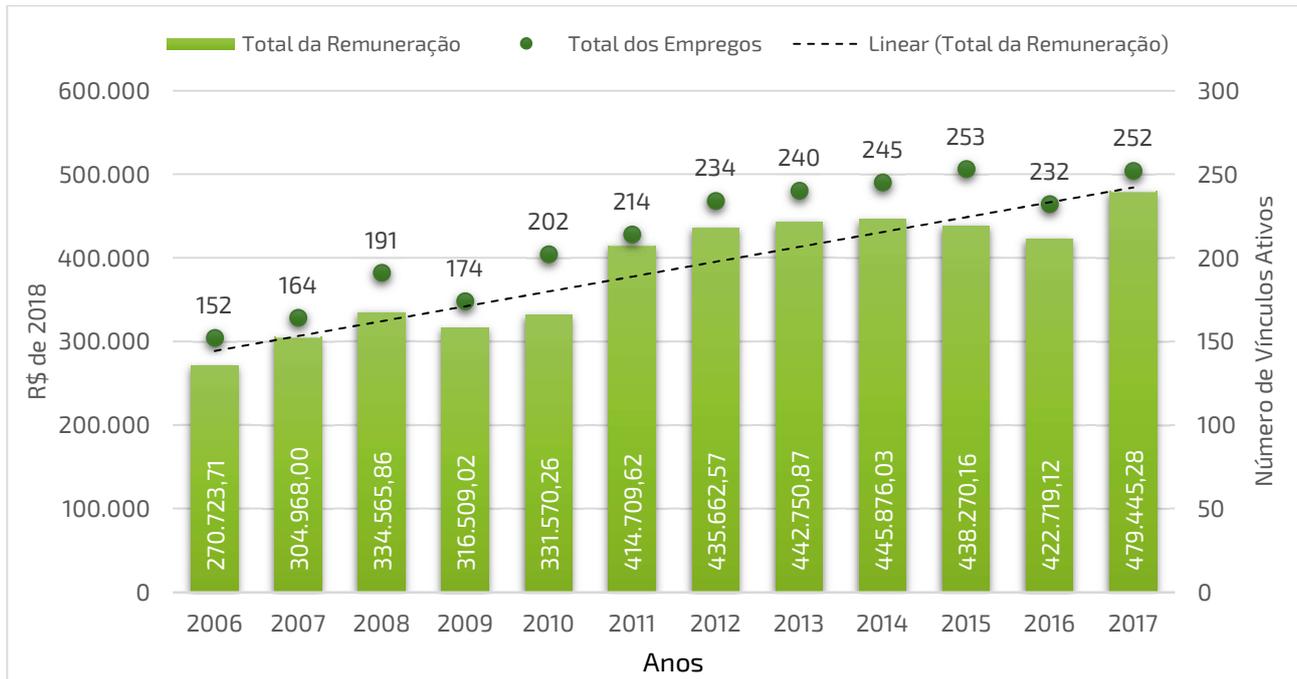
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho

O nível de emprego na economia municipal foi analisado através das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET).

Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros Administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

A partir da Figura 6, observa-se que o município tem elevado o número de empregos e da massa salarial, partindo de 152 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 270.723,71 mil em 2006 para 252 postos de trabalho em 2017, com um total de remuneração de R\$ 479.444,28 mil em 2017, com uma leve queda nos anos de 2009 e 2010, retomando o crescimento nos anos posteriores.

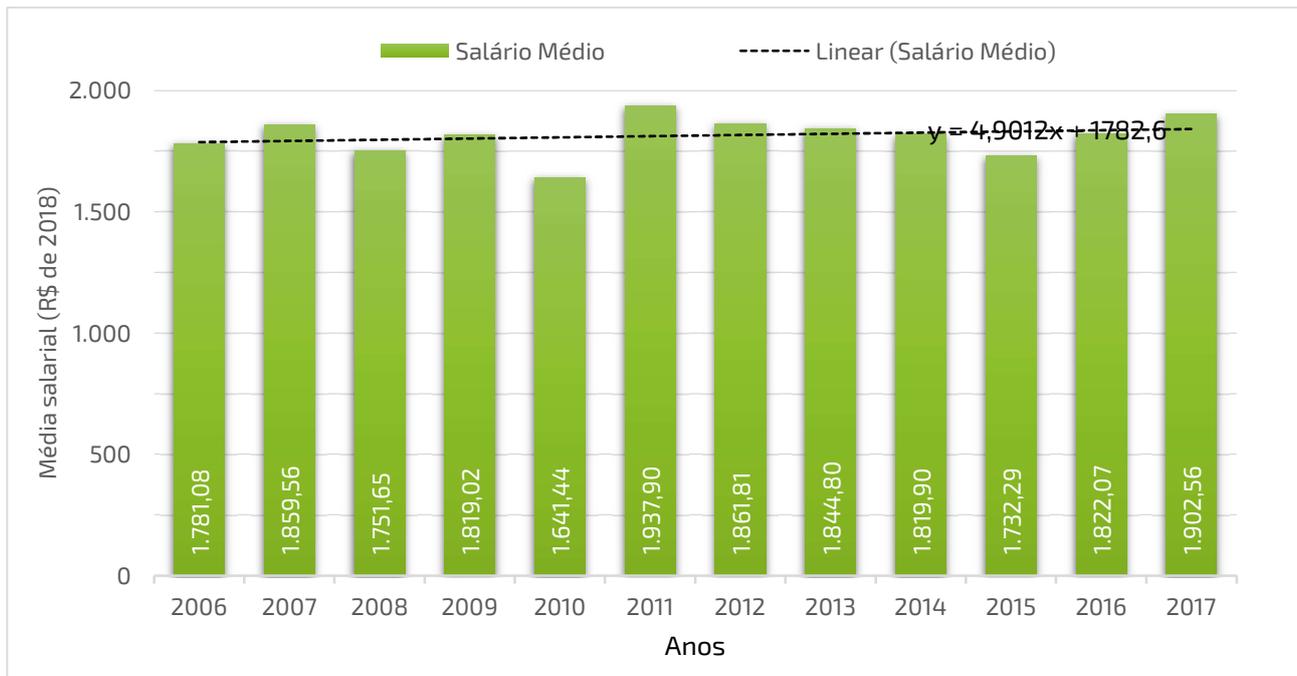
Figura 6. Número de empregos formais e remuneração mensal (em R\$ de 2018): 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Na Figura 7 demonstra-se a remuneração média relacionada a estes postos de trabalho.

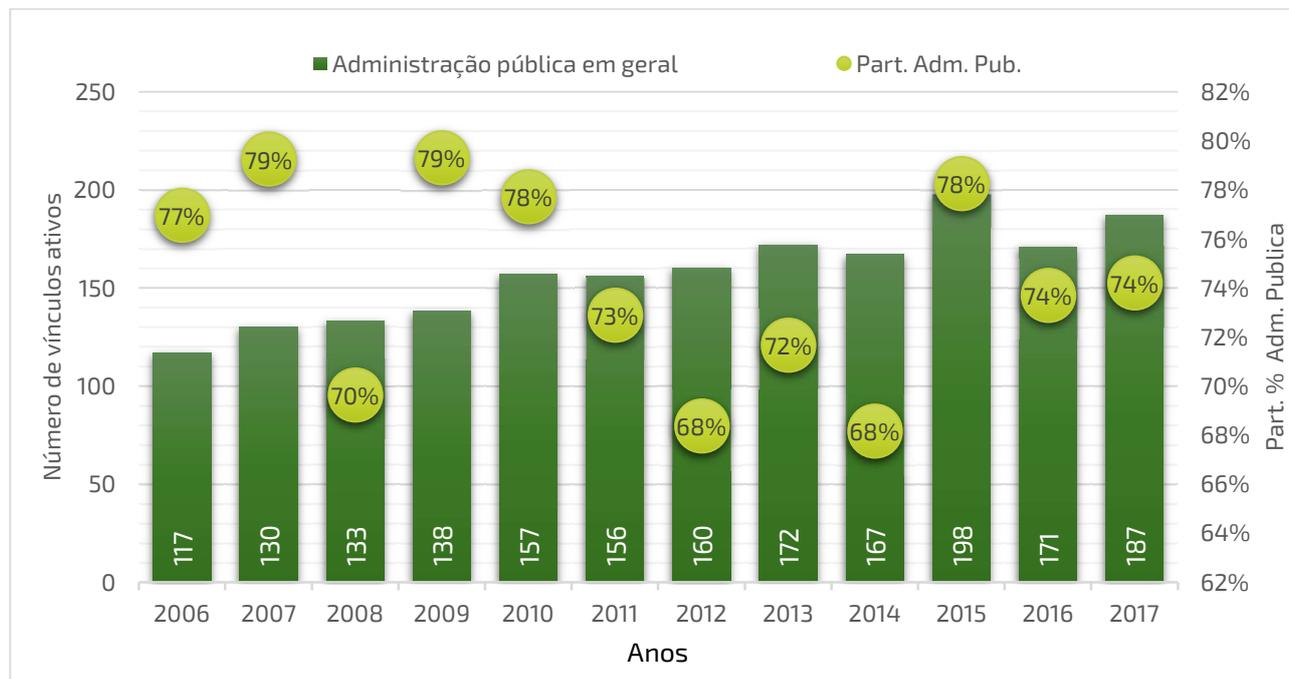
Figura 7. Remuneração média (em R\$ de 2018) e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Observa-se um crescimento de R\$ 1.781,08 por trabalhador em 2006 para R\$ 1.902,56 em 2017. Isso representou uma valorização nos salários médios praticados no município. Apesar deste aumento, a média salarial do município está abaixo da média regional e da média estadual. Salienta-se ainda que o mercado formal de trabalho está concentrado no serviço público, conforme é possível observar na Figura 8.

Figura 8. Número de empregos da Administração Pública em Geral e participação percentual em relação ao total: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

A oferta de postos de trabalho no setor público aumentou 60%, de 117 empregos em 2016 para 187 em 2017. O aumento da oferta de postos de trabalho pelo setor privado cresceu 86% no período analisado, de 35 para 65 postos de trabalho.

Na Figura 9, é possível verificar a estratificação dos postos de trabalho segundo as diversas áreas de atividade econômica no município.

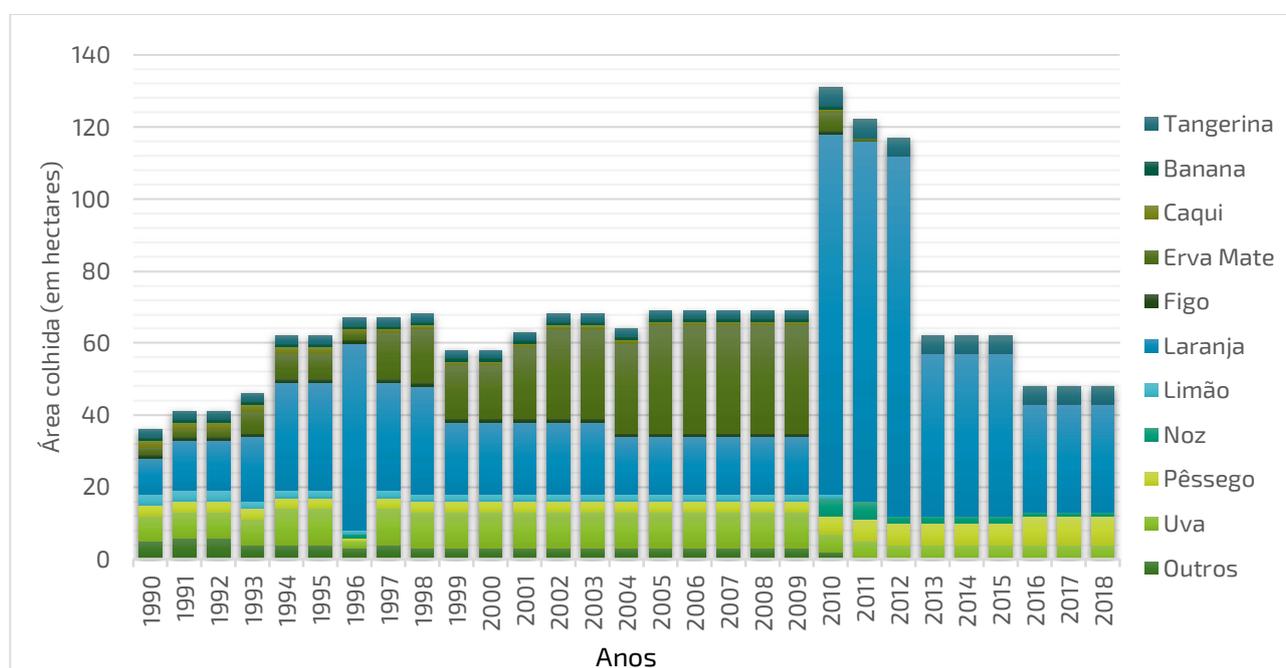
Cerca de 74% dos postos de trabalho estão vinculados a serviços na administração pública municipal, que compreende as atividades executivas e legislativas nas três esferas de governo, seguido de empresas e organizações privadas ligadas ao transporte rodoviário de carga (5% dos empregos formais).

Tabela 3. Estrutura fundiária do Município: 2019

| Classe | Número de Propriedades | Área ocupada | % Imóveis | % Área |
|--------|------------------------|----------------|--------------|---------------|
| 0-1 | 404 | 3.114,61 | 76,95 | 47,94 |
| 1-2 | 91 | 1.911,00 | 17,33 | 29,41 |
| 2-3 | 21 | 772,48 | 4,00 | 11,89 |
| 3-4 | 3 | 154,26 | 0,57 | 2,37 |
| 4-5 | 1 | 77,38 | 0,19 | 1,19 |
| 5-6 | 3 | 267,87 | 0,57 | 4,12 |
| 6-7 | 2 | 199,94 | 0,38 | 3,08 |
| 7-8 | 0 | 0 | - | - |
| 8-9 | 0 | 0 | - | - |
| 9-10 | 0 | 0 | - | - |
| 10-11 | 0 | 0 | - | - |
| | 525 | 6497,54 | 99,99 | 100,00 |

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina cerca de 48 hectares para culturas perenes e 7.393 para a lavoura temporária.

Figura 10. Área colhida de culturas de lavoura permanente: 1990 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

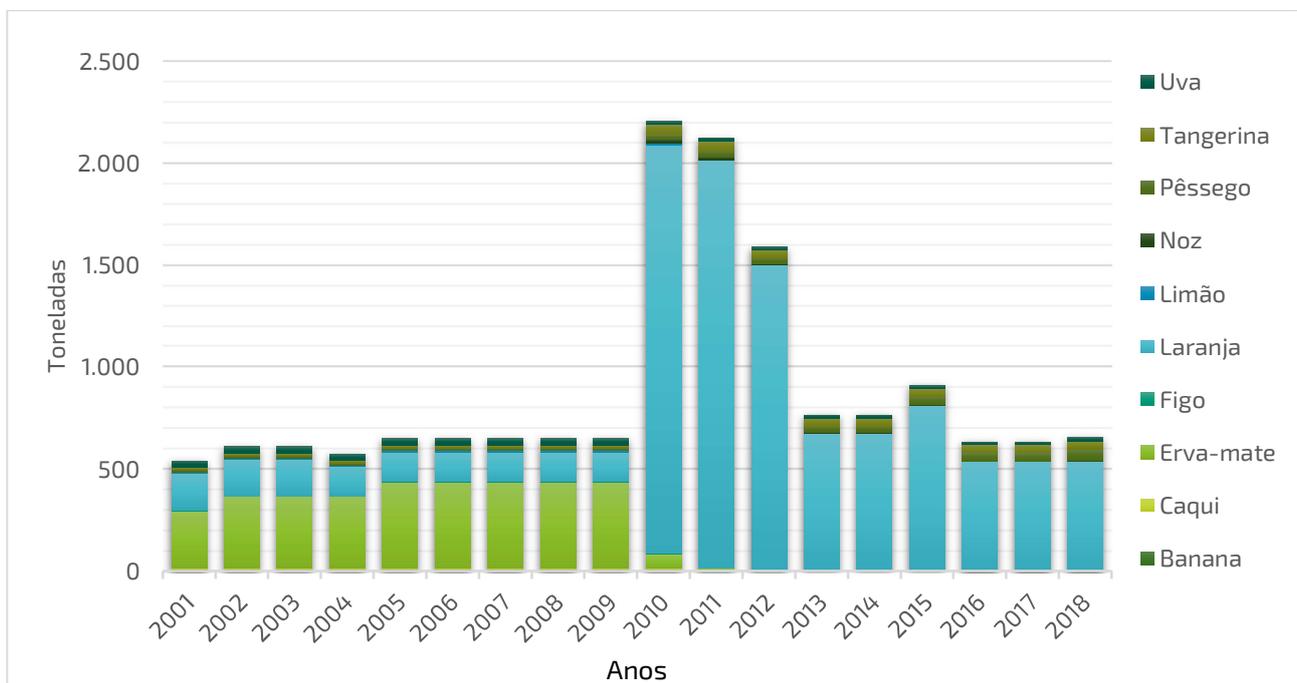
A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2019), permite verificar que a área colhida de lavoura permanente não é significativa no município, pois, conforme é possível observar na Figura 10, existe uma redução significativa das culturas de frutos,

como por exemplo o caso do cultivo da laranja, em 1990 área acolhida foi de 10 hectares, passando a colher 100 hectares nos anos de 2010 a 2012, e em 2018 somente 30 hectares.

Neste contexto, a quantidade produzida da lavoura temporária também não é robusta. Até o ano de 2009, observou-se uma produção de erva-mate, ao redor de 420 toneladas, mas a partir de 2011 não houve mais registro de produção para esse produto.

Atualmente, a laranja é a cultura mais representativa no município, mas a produção de 2018 (540 toneladas) é bastante inferior à produção verificada em 2010 (2 mil toneladas).

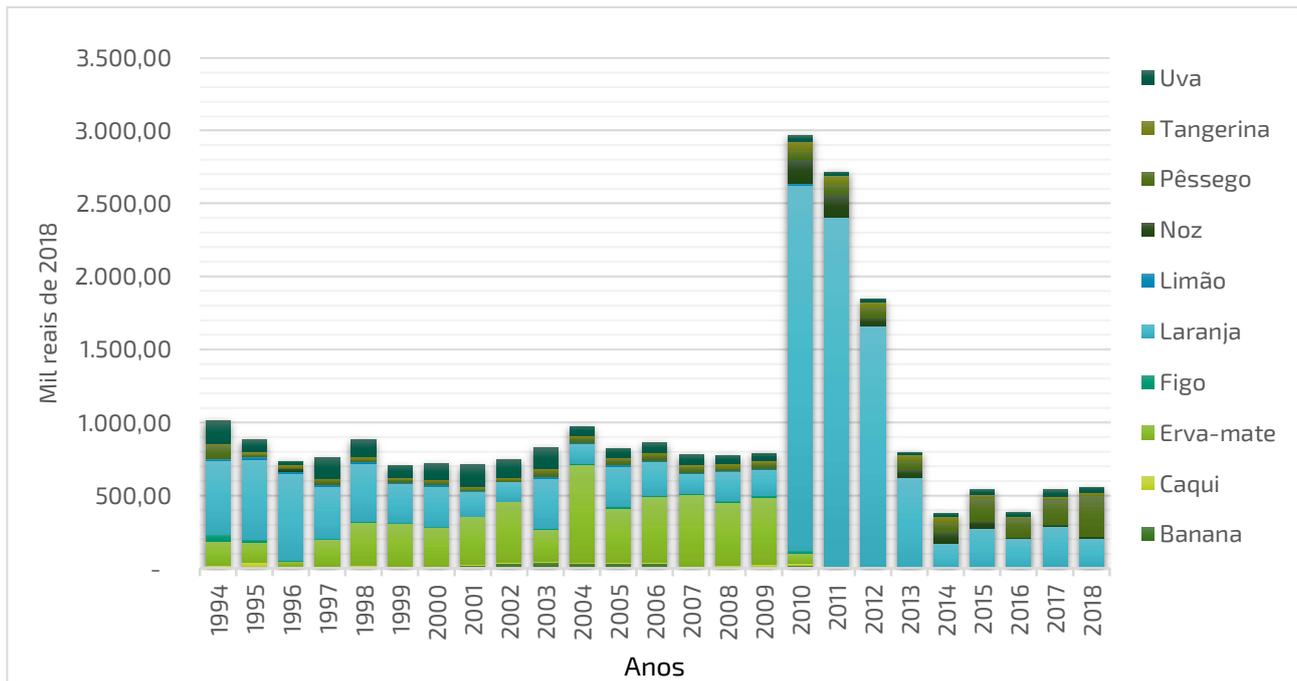
Figura 11. Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente em: 2001 – 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Pode-se observar na Figura 12 que o valor global da produção da lavoura permanente já alcançou cerca de R\$ 3,06 milhões em 2007 (maior valor do período) e no ano de 2018 reduziu para R\$ 555 mil. Neste período, a produção de laranja foi a principal responsável pela retração ocorrida no período.

Em 2018, a cultura do pêssego foi a que alcançou o maior valor de produção, em R\$ 280 mil. A segunda cultura permanente em termos de valor da produção foi a laranja, que fechou 2018 em R\$ 205 mil. Em seguida, a uva (R\$ 34 mil), a tangerina (R\$ 20 mil) e a noz (R\$ 16 mil), que constituem o mosaico da lavoura permanente no município.

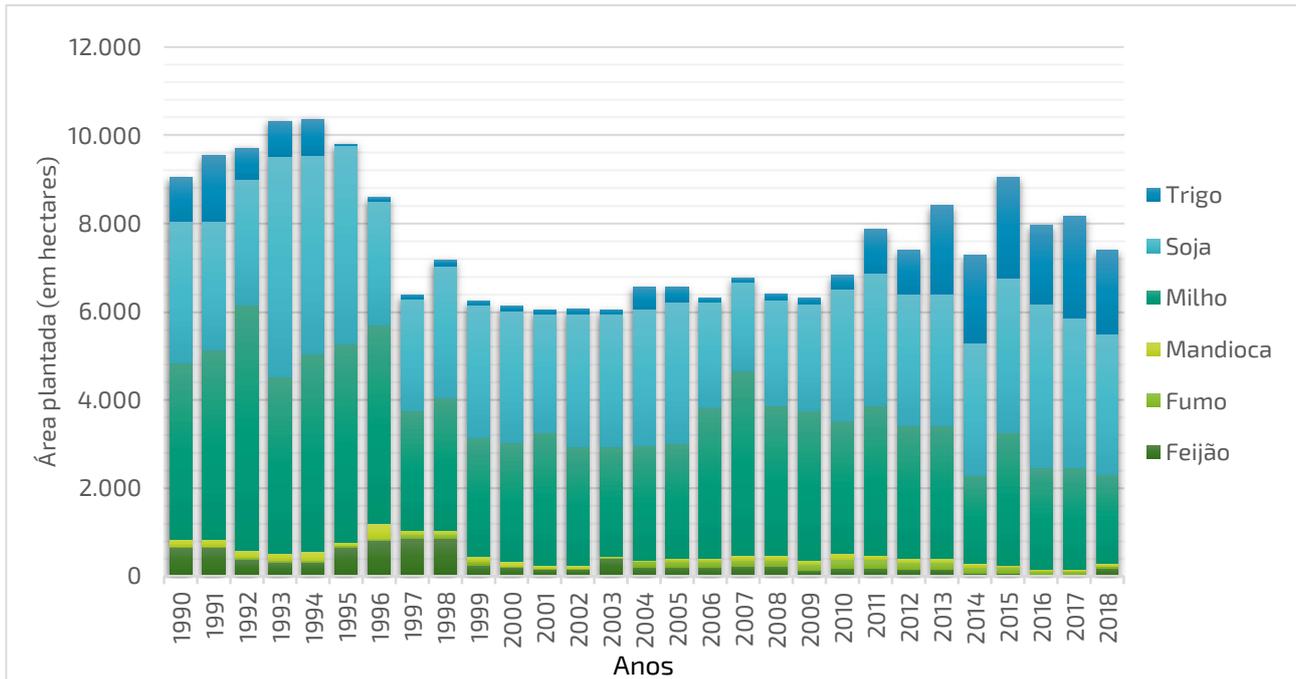
Figura 12. Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais de 2018): 1994 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

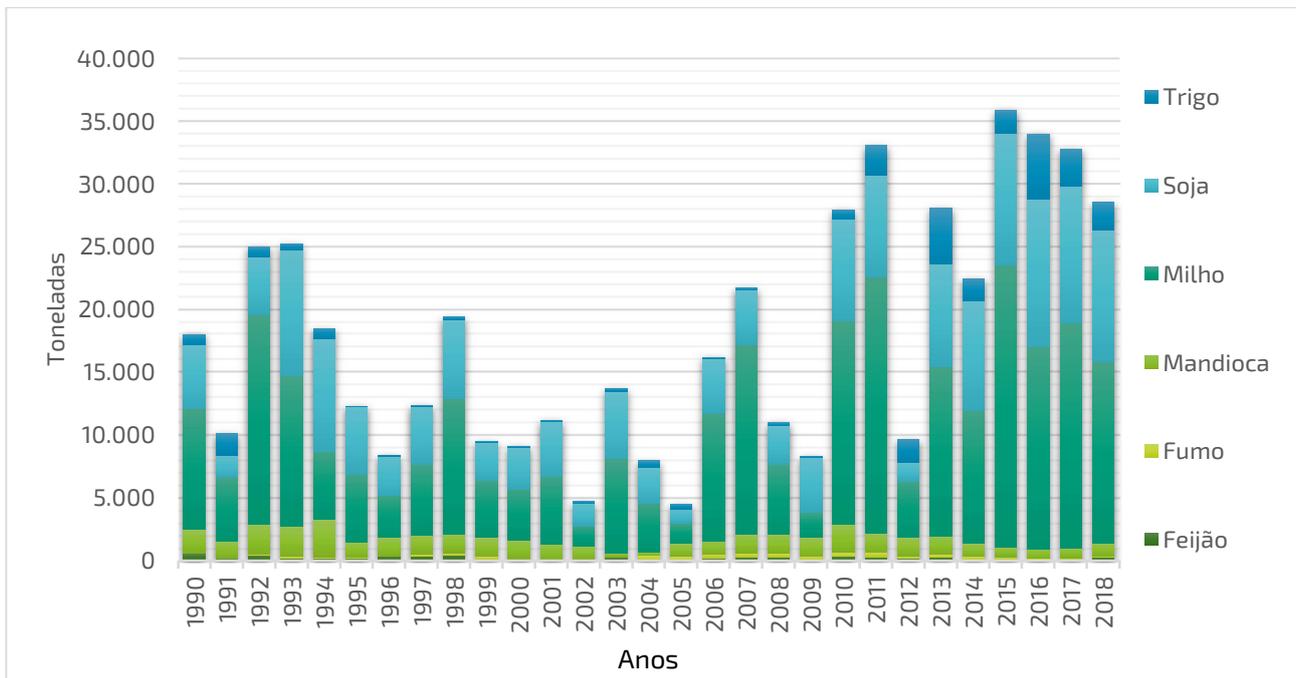
Em relação à lavoura temporária, é possível verificar na Figura 13, que as culturas de milho e soja se constituem como as principais culturas por apresentarem as maiores áreas plantadas. Porém, é perceptível a tendência de redução das áreas, a exemplo do milho que em 1990 contava com 4.000 hectares, caindo para 2.000 hectares em 2018 o que representou um decréscimo de área plantada de 100%.

A área plantada de soja foi de 3.200 hectares em 1990 e em 2018, mas chegou ao patamar de 5.000 hectares em 1993.

A área plantada de feijão foi reduzida de 650 para 70 hectares nos últimos 18 anos e, neste mesmo período, a área plantada de trigo teve um acréscimo de 90%. O município conta também com pequenas áreas de plantio de fumo, e mandioca, as quais não tem grande representatividade se comparada com demais culturas.

Figura 13. Área plantada de culturas de lavoura temporária: 1990 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Figura 14. Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária em: 1990 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Apresenta-se na Figura 14 a quantidade produzida de culturas de lavoura temporária. Nesta, é possível observar oscilações significativas no volume de produção de milho (que

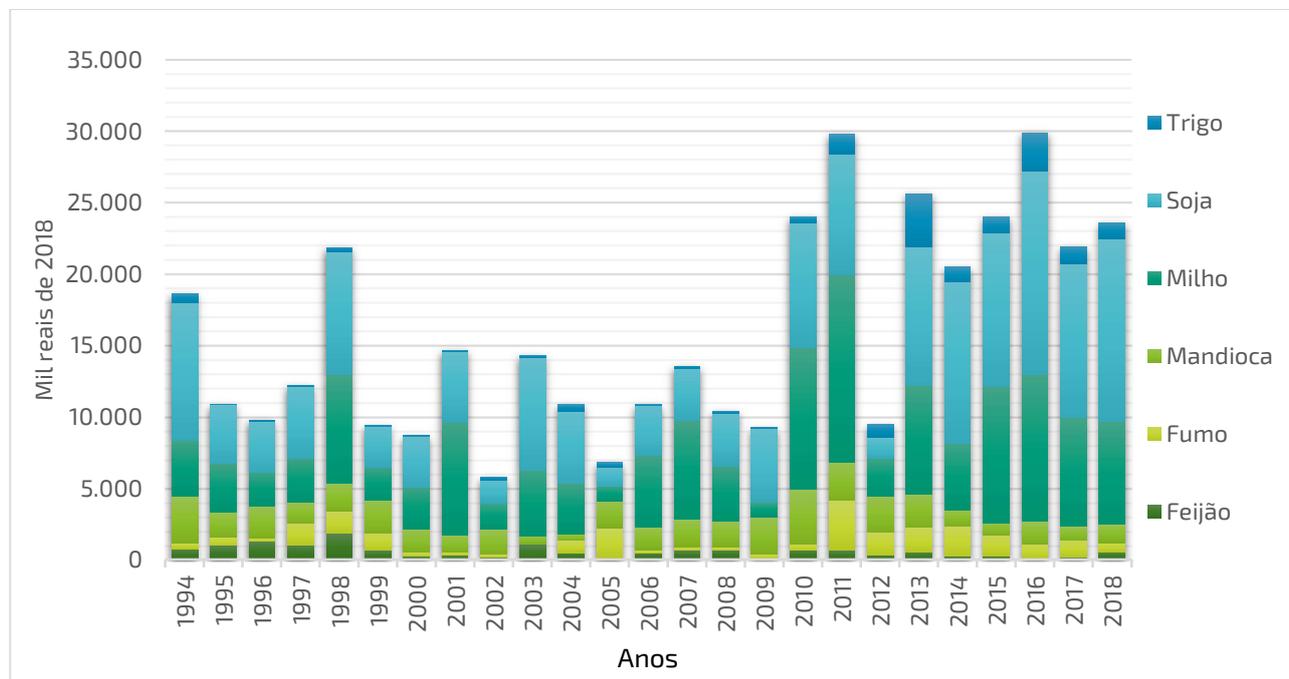
varia de 1.560 a 22.500 toneladas, quantidades de 2005 e 2025, respectivamente) e de soja (1.152 a 11.766 toneladas, quantidades de 2005 e 2016, respectivamente).

Milho, fumo, soja e trigo, tiveram suas produções aumentadas de 1990 a 2018 de 9.600 para 14.400 toneladas; 48 para 82 toneladas; 5.120 para 10.560 toneladas; 840 para 2.185 toneladas, respectivamente.

A produção de mandioca e feijão apresentaram oscilações entre os anos, sendo que houve decréscimo de 1990 a 2018, de 1.884 para 1.050 toneladas na primeira cultura e 535 toneladas para 270, na segunda.

Em termos reais⁴, é possível observar a partir da Figura 15 que o valor global da produção da lavoura temporária já alcançou cerca de R\$ 29,897 milhões em 2016 e no ano de 2018 reduziu para R\$ 23,569 milhões. Cabe observar que em todo o período houve oscilações, com momentos de aumento do valor da produção, como por exemplo a soja, assim como de queda, tendo como exemplo o feijão.

Figura 15. Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais de 2018): 1994 – 2018



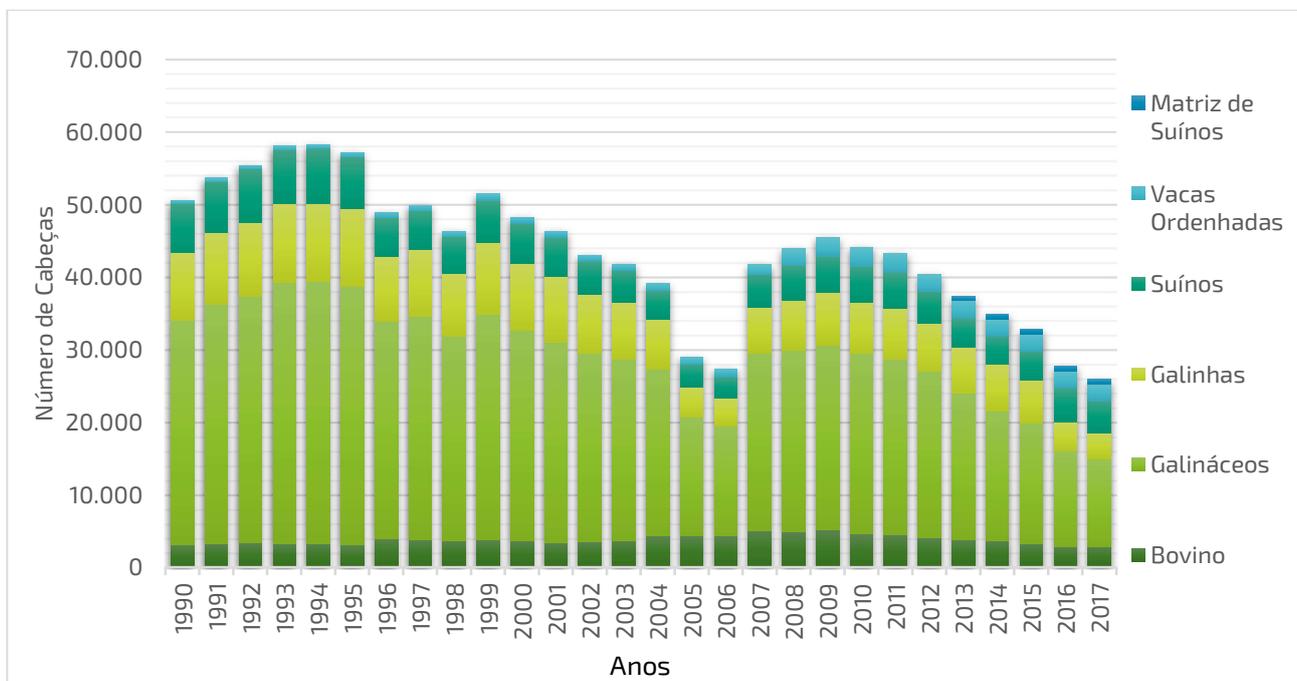
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

⁴ Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

Em 2018, a cultura da soja foi a que alcançou o maior valor de produção, fechando o ano de 2018 em R\$ 12,820 milhões. A segunda cultura temporária em termos de valor da produção foi o milho, que fechou 2018 em R\$ 7,200 milhões. Em seguida, a mandioca (R\$ 1,260 milhões), e o trigo (R\$ 1,093 milhão) os quais constituem o mosaico da lavoura temporária no município.

Outro importante componente da produção primária do município é a produção pecuária. Neste segmento, observa-se na Figura 16 uma tendência de crescimento dos rebanhos entre 1990 e 1994, contudo, após algumas oscilações, os rebanhos apresentam queda de 1999 a 2006, assim como, uma tentativa de recuperação nos anos seguintes, voltando a cair entre 2009 a 2017.

Figura 16. Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1990 – 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

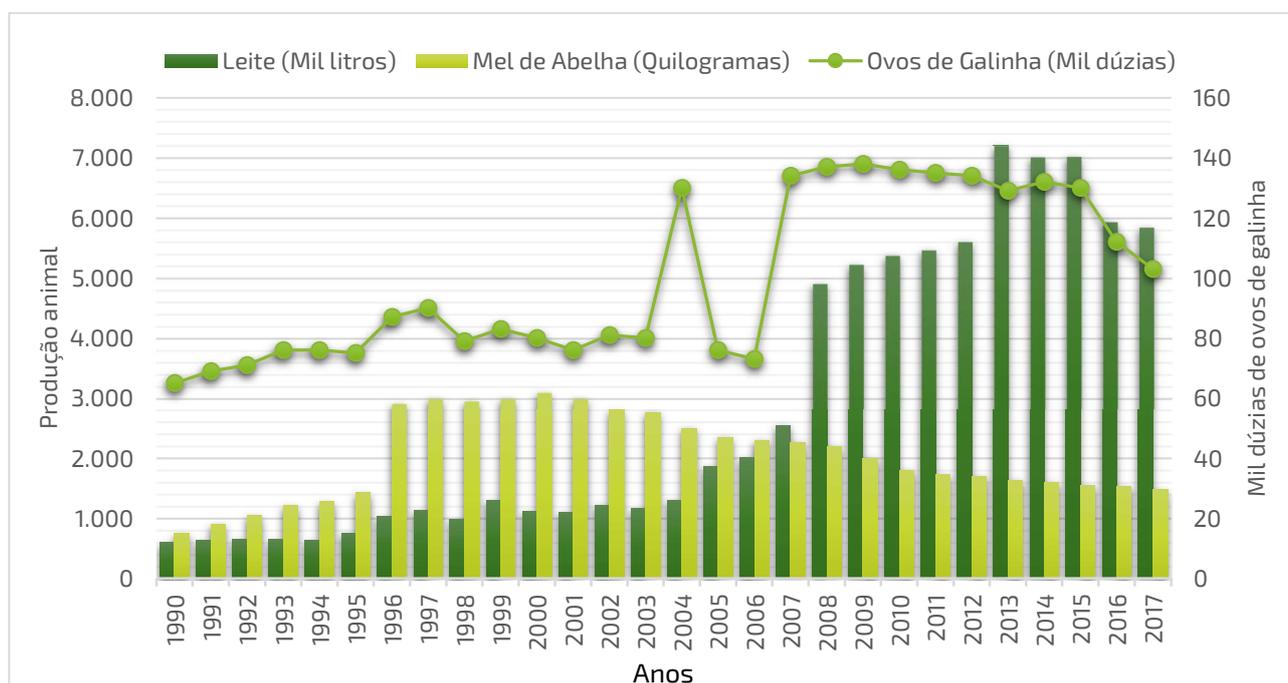
Sob o aspecto de evolução do rebanho, a categoria vacas ordenhadas apresentou um crescimento de 402% ao longo do período de 1990 a 2017, passando de 446 cabeças para 2.240 animais.

Já na categoria galináceos, ocorreu uma redução de 157%, passando de 31 mil animais no ano de 1990 para 12,036 mil em 2017. Da mesma forma, o rebanho bovino apresentou uma redução de 8,2% no período analisado, passando de 3,100 mil para 2,865 mil cabeças.

Quanto aos suínos, observou-se também uma retração no rebanho, onde em 1990 o município contava com 6,700 mil cabeças e em 2018 com 4,520 mil, uma redução de 48,2% neste rebanho.

Tendo por base a Figura 17, é possível observar que em 1990 a produção leiteira no município iniciou uma expansão, alcançando 7,201 milhões de litros de leite em 2013, com uma produtividade de 7,89 litros/vaca/dia ordenhada.

Figura 17. Produção animal: 1990 - 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

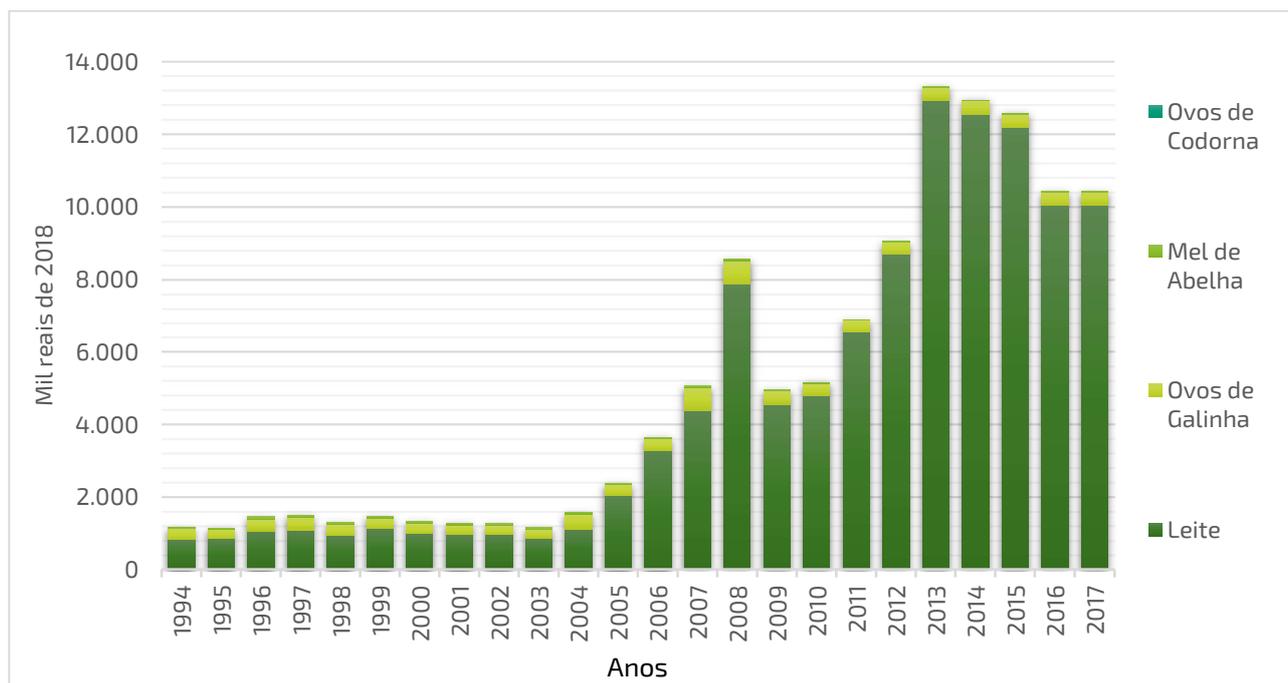
No período 1990 a 2017 a produção leiteira cresceu, tendo iniciado uma trajetória de expansão a partir de 2008, chegando em 2017 com uma produção de 5,844 de litros de leite. Estes dados revelam uma variação de 885% na produção do segmento leiteiro no município.

A produção de mel no ano de 2000 atingiu o patamar mais alto do período estudado, alcançando um volume de 3,100 mil quilos. Essa produção tem experimentado reduções significativas durante o período, com algum crescimento nos anos de 1997 e 1998. A partir de 2000 a produção de mel veio decrescendo até 2017, representando um decréscimo de 110%.

A produção de ovos teve um aumento nos oito primeiros anos, passando de 65 mil dúzias em 1990 para 90 mil dúzias em 1997, sofrendo várias oscilações de 1998 até 2017.

Neste sentido, o rebanho leiteiro é a atividade de maior impacto no valor da produção animal, onde, apesar de alguns períodos de baixa, apresenta crescimento, saindo de um valor da produção em 1994 de R\$ 820 mil para chegar em 2017 no patamar de R\$ 10,051 milhões, conforme é possível verificar na Figura 18.

Figura 18. Valor da produção animal (Mil Reais de 2018): 1994 – 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Por sua vez, o valor da produção de ovos, que em 1990 foi de R\$ 309,9 mil, chegou ao valor máximo de R\$ 640,4 mil em 2008, mas encerrou 2017 com redução para R\$ 345 mil. Da mesma forma, o valor da produção de mel passou de R\$ 19,3 mil em 1994 para R\$ 44,8 mil em 2008, a partir do qual verificou-se uma trajetória de queda, chegando em 2017 com R\$ 22,4 mil.

Em termos gerais, o valor da produção animal evoluiu de R\$ 3,6 milhões para R\$ 10,4 milhões entre 2006 e 2017, o que atesta a importância do setor agropecuário para o município.

2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

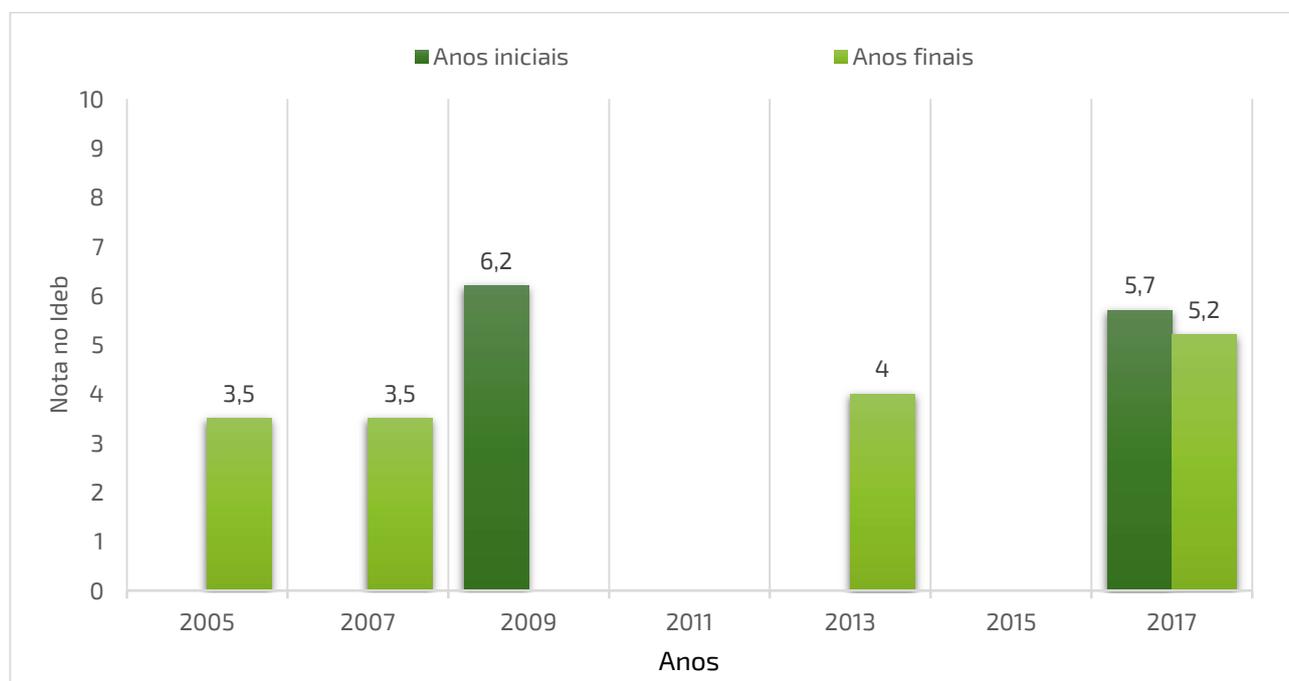
Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foi selecionado um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

De acordo com os dados do IBGE (2019), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010) foi de 97,7%, representando um bom número, quando comparado com outros municípios do Brasil. Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do município, que em 2018 foi de 295 matrículas no ensino fundamental e 75 no ensino médio.

Em 2018, cerca de 38 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 15 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 4 escolas no ensino fundamental e 1 escola no ensino médio.

Figura 19. IDEB das escolas do município de Cerro Grande/SC: 2005 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁵ tem evoluído no município, conforme é possível observar na Figura 19.

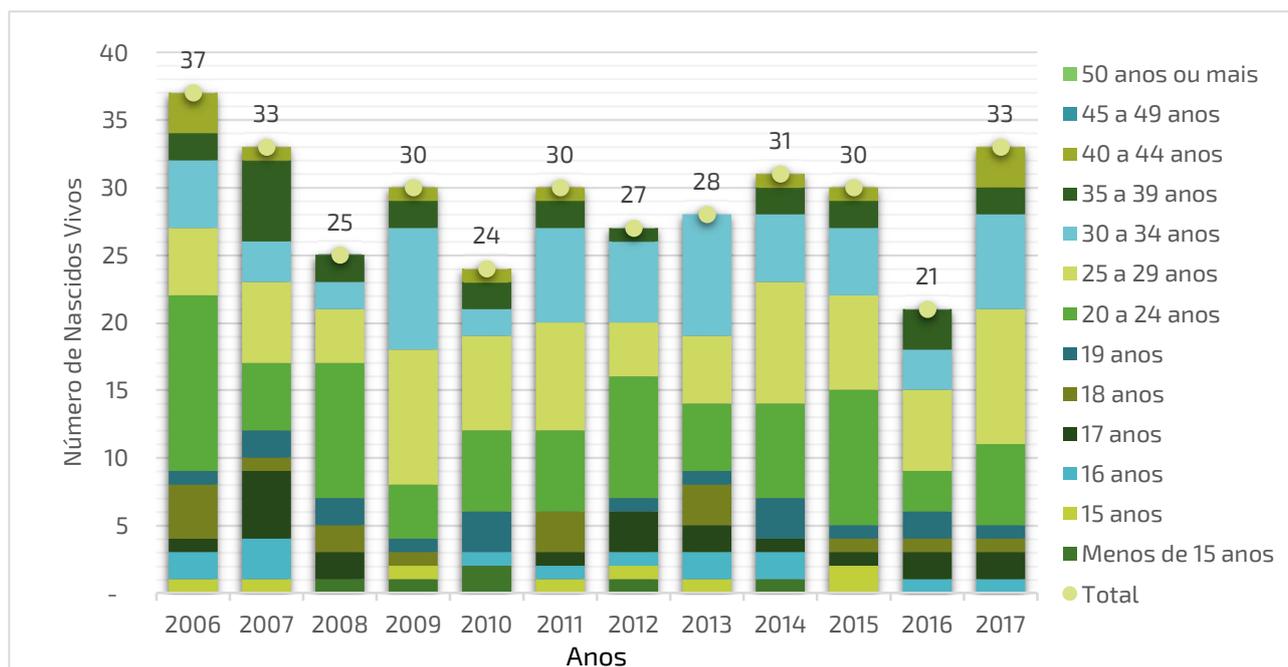
Neste sentido, pode-se perceber que a educação dos anos iniciais teve um leve decréscimo, com notas de 6,2 em 2009, e 5,7 em 2017.

Em relação aos anos finais da educação, pode-se perceber que o desempenho dos alunos do município durante o período estudado veio crescendo, partindo de um índice de 3,5 em 2005 para 5,2 em 2017.

2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil

De acordo com estatísticas do IBGE (2019), o município apresenta uma leve diminuição no número de nascimentos, partindo de 37 nascidos vivos em 2006 para 33 em 2017.

Figura 20. Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Cerro Grande/RS: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

⁵ Este índice varia numa escala de 0 a 10, onde, de acordo com a meta do MEC, o Brasil precisa alcançar até 2021 a média 6 nos anos iniciais do ensino fundamental.

Destaca-se que as mães com idades entre 20 a 24 anos, 25 a 29 anos e as de 30 a 34 anos são responsáveis pelo maior número de partos. Em 2017 foram registrados três partos em mães com menos de 18 anos, o que, apesar de não representar uma proporção elevada, chama atenção a precocidade destas crianças e adolescentes mães. Por outro lado, neste mesmo ano também foram registrados três partos de mães com mais de quarenta anos (Figura 20).

A taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que a taxa de mortalidade infantil chegou a 34.48 no ano de 2009. Entretanto em 2017 "A taxa de mortalidade infantil média no município foi de 33.33 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0.4 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 1 de 497 e 300 de 497, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1 de 5570 e 3606 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

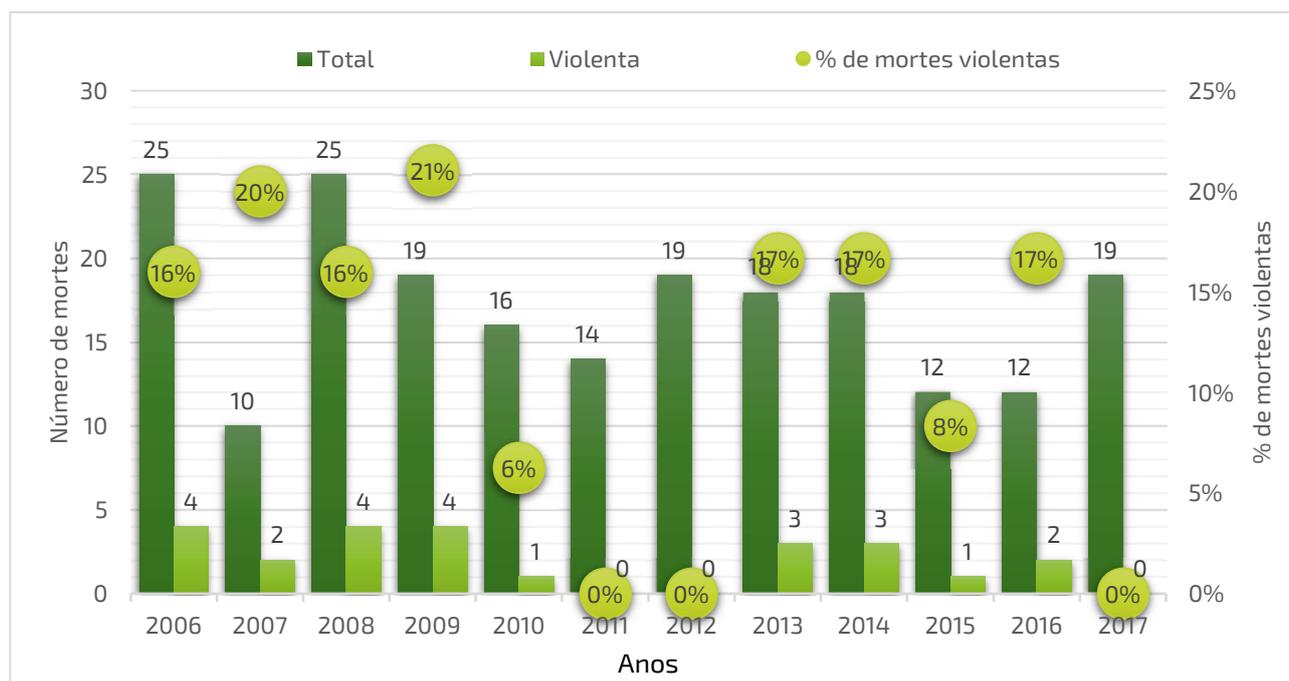
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Neste contexto, o número de mortes violentas decresceu de 16% em 2006 para 0% em 2017. Em 2009 chegou a alcançar o patamar mais alto (21%), em contrapartida, em 2011, 2012 e 2017 foi zero.

Em termos absolutos, o menor número de mortes ocorridas no município se deu em 2015 e 2016, tendo sido registradas 12 mortes em cada ano, em que 8% das mortes foram de forma violenta no ano de 2015, e 17% no ano de 2016.

O ano de 2009 foi o que apresentou a maior taxa de mortes violentas, 21%, isto é, 4 de um total de 19, demonstrando um vetor importante de violência.

Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 207 óbitos, dos quais 24 (12%) ocorreram de forma violenta, conforme pode ser observado na Figura 21.

Figura 21. Óbitos, por natureza, em Cerro Grande/RS: 2006 a 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 12% fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

"O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes" (FIRJAN, 2019).

A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1. Resumo dos Componentes do IFDM

| Emprego & Renda | Educação | Saúde |
|---|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Geração de empregos formais • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal | <ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental | <ul style="list-style-type: none"> • Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB) |
| Fonte: Ministério do Trabalho | Fonte: Ministério da Educação | Fonte: Ministério da Saúde |

Fonte: Extraído de FIRJAN (2019).

Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM.

Neste sentido:

- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

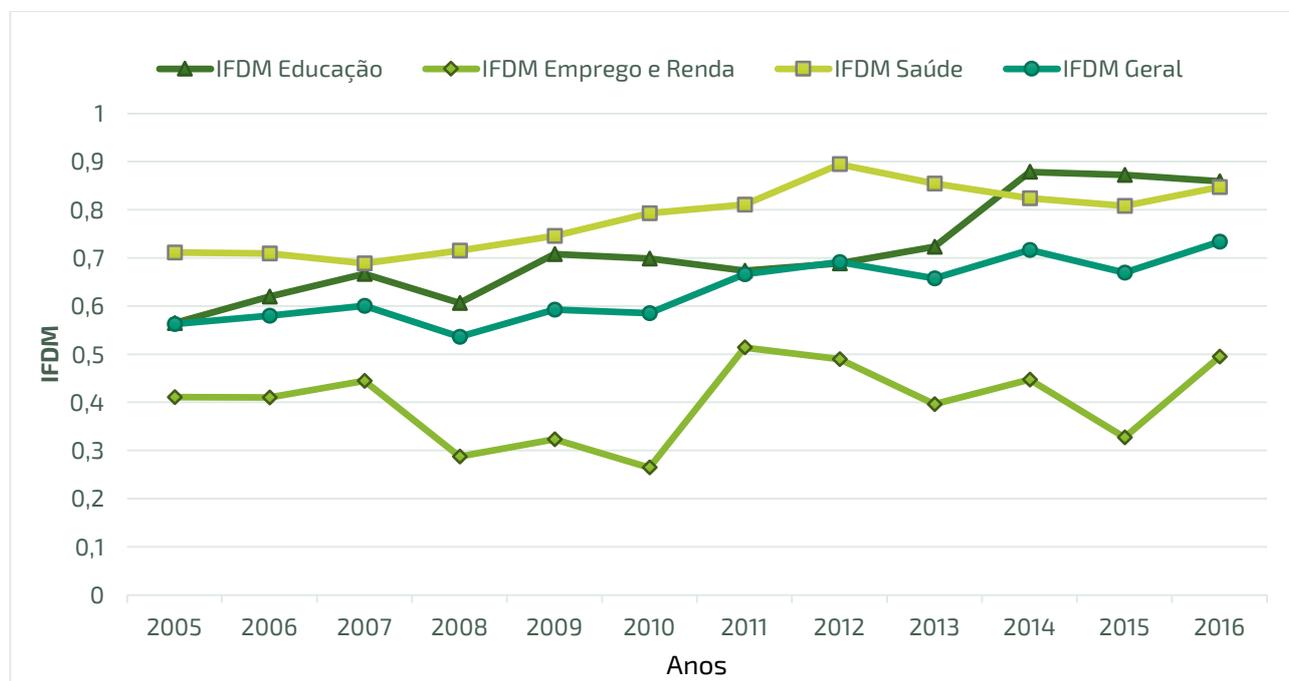
Neste sentido, de acordo com Figura 22, as áreas de saúde e de educação foram as que obtiveram os índices mais elevados no período de 2005 a 2016. Por outro lado, a área relativa o emprego e renda obteve o menor índice no período estudado, o que reflete as condições de dificuldades econômicas e, principalmente, o baixo nível de diversificação da economia local.

Observa-se que o município teve uma queda no emprego e renda a partir de 2007, com oscilações nos anos seguintes e retomando o crescimento de 2015 para 2016. Em termos gerais, o desenvolvimento municipal é considerado moderado.

Por fim, em um contexto como o observado, em que o emprego é restrito e existem muitas áreas da socioeconomia que precisam crescer e se desenvolver, destaca-se a importância

das ações de políticas públicas e privadas, ambas com foco em empreendedorismo, inovação e associativismo.

Figura 22. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal: 2005 – 2016



Fonte: FIRJAN (2019).

2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

As condições ambientais estão entre as variáveis que geram impacto direto na qualidade de vida da população. Para analisar esta dimensão, observaram-se questões relacionadas ao urbano e ao rural.

Em relação ao meio ambiente urbano, destaca-se que Cerro Grande apresenta “26.7% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 78.4% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 50.9% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 358 de 497, 299 de 497 e 43 de 497, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3265 de 5570, 2525 de 5570 e 404 de 5570, respectivamente” (IBGE, 2019).

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui 7.345,90 mil hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 6.497,54 milhões de hectares.

Destes, cerca de 8,96% foram declarados como Área de Proteção Permanente (APP), 12,8% como Reserva Legal e 77,67% como Área Consolidada, conforme é possível observar na Tabela 4.

Tabela 4. Perfil Ambiental do Município: 2019

| Elemento ambiental | Valor de Referência | % |
|-------------------------------|----------------------------|----------|
| Área total do município (ha): | 7.345,90 | |
| Número de imóveis rurais | 525 | |
| Área total dos imóveis rurais | 6.497,54 | 88,45 |
| Área média: | 12,38 | |
| Área mínima/máxima: | 0,03 / 103,07 | |
| APP | 582,19 | 8,96 |
| APP - Recomposição | 32,34 | 0,5 |
| Reserva Legal | 833,57 | 12,83 |
| Vegetação Nativa | 840,65 | 12,94 |
| Servidão Administrativa | 96,04 | 1,48 |
| Área Consolidada | 5.046,40 | 77,67 |
| Banhados | 2,84 | 0,04 |
| Número de Nascentes | 40 | 0 |
| Uso Restrito | 9,00 | 0,14 |
| Hidrografia | 114,29 | 1,76 |
| Topo de Morro | 1 | 0,01 |
| Áreas: Não Declarada - Outras | 848,36 | 11,55 |

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Conforme Tabela 5, os dados permitem observar que, dos 525 imóveis rurais, 52% mantém APP, 7% Olho d'água, 83% Reserva Legal e 74% contam com Vegetação Nativa.

Tabela 5. Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: 2019

| Elemento Ambiental (E.A): | Nº IR com EA¹ | Área Declarada (ha) | Nº IR sem EA² | % IR com EA³ | % IR sem EA⁴ |
|---|---------------------------------|----------------------------|---------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| APP | 271 | 615 | 254 | 52 | 48 |
| Área Consolidada | 496 | 5.046 | 29 | 94 | 6 |
| Banhado | 3 | 3 | 522 | 1 | 99 |
| Hidrografia | 267 | 95 | 258 | 51 | 49 |
| Nascente olho d'água | 38 | - | 487 | 7 | 93 |
| Reserva Legal | 437 | 834 | 88 | 83 | 17 |
| Servidão Administrativa | 317 | 96 | 208 | 60 | 40 |
| Uso Restrito | 6 | 9 | 519 | 1 | 99 |
| Vegetação Nativa | 391 | 841 | 134 | 74 | 26 |
| Área topo de morro | 1 | 1 | | | |
| Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR – CERRO GRANDE | | | | | |
| Número Total de I.R.: | 525 | 6.497,54 | | | |
| Área Total do Município: | | 7.345,90 | | | |
| % Área declarada/Área Município: | | 88,45 | | | |

¹ Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

² Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;

³ Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

⁴ Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

O presente estudo se constitui como basilar para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto, conhecer a realidade passa a ser importante para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto deve-se destacar algumas lições deixadas por Barquero (2002):

1. **Não há desenvolvimento sem** formação de **excedentes**.
2. Pensar o **desenvolvimento implica** pensar a dinâmica de **produção e produtividade** na região.
3. O **perfil** e a estrutura do **sistema produtivo local** e sua **aderência** ao **mercado regional, nacional e global** são aspectos **importantes** para o desenvolvimento.
4. A **utilização e valorização** de **recursos locais** e a capacidade de controle do processo de acumulação são elementos importantes.
5. Os **atores locais podem liderar** o processo de **mudança estrutural**.
6. **Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação** são importantes, assim como a **cultura empreendedora**, as **instituições**, as **redes**, a **ação cooperada** e o **crédito**.

A atividade produtiva derivada de grandes investimentos é ótima e deve ser estimulada, mas como depende de agentes externos, nem sempre se consolida em pequenos municípios com economia de base primária. Em função disso, fortalecer as cadeias produtivas presentes e, em especial, as relações entre os produtores e os canais de comercialização podem ajudar para ampliar a base exportadora regional.

Ampliar a especialização produtiva de setores específicos, favorecer a inovação, ampliar a produtividade e a competitividade para alcançar mercados regionais, nacionais e internacionais deve ser o foco.

Neste processo, fazer o básico bem feito pode ser um grande avanço e isto significa: a) capacitar as pessoas a fazer uma gestão mais profissionalizada de seus empreendimentos, seja no urbano ou no rural; b) cooperar mais; c) inovar mais; d)

empreender mais; e) sair da inércia, e f) assumir que cada cidadão e cidadã tem o compromisso de deixar para seus filhos e netos um município melhor do que recebeu de seus pais e avós.

Por fim, destaca-se a importância do papel das instituições, políticas e estratégias de desenvolvimento, do capital social, do capital humano, das ações de inovação e difusão de conhecimento, da organização da produção e das condições de infraestrutura no processo de mudança e aperfeiçoamento exigido no atual cenário econômico estadual, brasileiro e internacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os municípios apresentam potencial para o desenvolvimento, para tanto, necessitam de ações de organização social e empreendedorismo, com programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócios e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados e para a preparação das gerações futuras.

Existe uma força social que deve ser estimulada e, neste processo, sempre que as entidades sociais se unem para identificar alternativas e planejar o desenvolvimento, novas oportunidades podem ser encontradas.

Dentre as estratégias de superação, as forças sociais, devem ter como norte, a busca constante de parcerias, seja no mundo empresarial, político e educacional, promovendo uma sinergia tal que conduza o município para apenas um rumo, o do desenvolvimento.

Neste contexto, passamos a elencar algumas ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas:

Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.

Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL

- a. Incluir no ensino das séries iniciais, e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes.

Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais, principalmente utilizadas nas rotas de leite e produção de proteína animal;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;
- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;

- g. Nos casos onde não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já está em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por universidades, institutos federais e escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento também passa pela qualificação da geração atual, assim como das futuras gerações, através de programas como o Líder Jovem, entre outros, que tem o propósito de formar cidadãos e cidadãs comprometidas em deixar para seus filhos e netos um município e região melhor do que recebeu de seus pais e avós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2019. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/> Acesso em nov/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2019. Acesso em out/2019.

MANKIWI, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do RS**. In: _____. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/> >. Acesso em: nov/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO GRANDE (RS). Histórico do município. 2019. Disponível em: <https://cerrogrande.rs.gov.br/site/prefeitura/conheca-o-municipio/historico-do-municipio/>. Acesso em: nov/2019.

UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão do Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2019.